

O vice-presidente da Associação Transparência Internacional, Paulo Morais, disse ontem na Universidade do Minho que a «política em Portugal transformou-se numa megacentral de negócios».

Para o dirigente da associação cívica, que falava à margem das I Jornadas do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, «são os atores que desenvolveram essa corrupção e os seus amigos e os seus sócios e os seus parceiros que estão hoje na atividade política», portanto, «não são eles que vão obviamente, combater a corrupção.

Na sua opinião, «nesse aspeto, estamos num beco sem saída, porque, com a política portuguesa transformada numa mega central de negócios, não são estes negociantes que vão acabar com o seu próprio ganha pão de grande volume». «Com esta gente não vamos a lado nenhum», sustentou. Aos jornalistas, Paulo Morais realçou que, sem um combate efetivo à corrupção, dificilmente o país irá desenvolver-se, uma vez que «há uma correlação muito forte entre o que é corrupção e o que é o desenvolvimento dos mais diversos países». Assim, sustentou, «em Portugal, ou se começa a combater a corrupção, ou não teremos desenvolvimento.»

Na sua opinião, a corrupção é a causa da crise em que está mergulhado Portugal. Segundo defendeu, a crise tem duas facetas que são, por um lado, a dívida pública e, por outro, a dívida privada. «A dívida pública foi o acumular de casos e casos de corrupção ao longo de 20 anos, que levaram depois a esta dívida que temos e a défices anuais. Portanto, foi a corrupção que nos trouxe até aqui. E, mesmo ao nível da dívida privada, cerca de 70 por cento, no início da crise, resultava de especulação imobiliária, ou seja, de corrupção», disse. Assim, atirou, «é combatendo a corrupção que temos de combater a crise». Aliás, Paulo Morais fez questão de sublinhar que em Portugal há mesmo corrupção, dando como exemplo o caso dos submarinos, que está provada pelos tribunais alemães.

Nesta iniciativa participou também José Mouraz Lopes, presidente da Associação Nacional de Juizes, que considerou que a criminalidade económico-financeira tem complexidades, especificidades, e é, sobretudo um tipo de criminalidade que tem de ser tratada de forma diferenciada.

Outra intervenção foi a José Campos Braz, ex-diretor nacional adjunto da Polícia Judiciária,

que apontou como principais ameaças a criminalidade violenta peri-urbana, os tráficos, a criminalidade informática, os terrorismos e a criminalidade económica.

José Carlos Ferreira | Diário do Minho | 10-11-2012